



UC/FPCE_2017

Universidade de Coimbra
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

A adesão a princípios gerais dos direitos humanos e o estudo das representações sociais acerca da deficiência intelectual

Mariana Travassos de Oliveira (e-mail:
mariana.travassos.oliveira@gmail.com)

Dissertação de Mestrado em Psicologia das Organizações e do Trabalho sob a orientação do Professor Doutor Joaquim Pires Valentim

A adesão a princípios gerais dos direitos humanos e o estudo das representações sociais acerca da deficiência intelectual

Resumo

A presente dissertação teve como foco o estudo de duas dimensões distintas: por um lado, compreender a percepção de estudantes universitários acerca de alguns indicadores de adesão a princípios gerais dos direitos humanos selecionados a partir de situações gerais versus situações concretas; por outro, perceber qual a imagem relativa às pessoas com deficiência intelectual, bem como às pessoas com sucesso profissional e pessoal, tentando perceber também quais os eventuais comportamentos que existem nas relações entre pessoas não deficientes e pessoas com deficiência intelectual, numa amostra de 207 estudantes universitários.

O presente estudo apresenta-se como uma investigação de carácter exploratório e, neste sentido, foram realizadas análises descritivas, testes de comparações entre médias e análises fatoriais em componentes principais.

Os resultados mostram uma clara adesão a indicadores de princípios gerais dos direitos humanos, verificando-se diferenças estatisticamente significativas entre a percepção que estudantes universitários têm acerca do direito à liberdade utilizando o confronto entre uma situação geral e uma situação concreta; no caso relativo à percepção que os mesmos têm relativamente ao direito a constituir família, recorrendo também à situação geral versus situação concreta, esta encontra-se no limiar do nível de significância.

Adicionalmente, outros resultados mostram uma imagem relativa à pessoa com sucesso profissional e pessoal associada a características de proatividade e detentora de uma boa capacidade de adaptação, contrariamente à imagem da pessoa com deficiência mental que se associa a características de dependência, falta de autonomia e fraca capacidade de adaptação funcional, sendo que apenas se constata comportamentos amáveis em duas situações: ou quando a deficiência é causadora de extrema inadaptação ou quando a deficiência permite alguma autonomia e adaptação funcional.

Conclui-se que a discriminação bem como as percepções de atitudes discriminatórias são uma realidade fortemente presente no dia-a-dia das pessoas com deficiência, sendo que as barreiras psicossociais impedem, em grande parte, a participação socialmente ativa deste grupo social.

Palavras-chave: Princípios gerais dos direitos humanos; deficiência intelectual; representações sociais; atitudes discriminatórias

The adherence to general principles of human rights and the study of social representations on intellectual disabilities

Abstract

This essay was focused on the study of two distinct dimensions: on the one hand, to understand the perception of university students about some

indicators of adherence to general principles of human rights selected from general situations versus concrete situations; On the other hand, to understand the relative image of people with intellectual disabilities, as well as people with personal and professional success, trying to understand also the possible behaviors existing in the relations between non-disabled persons and people with intellectual disabilities, in a sample of twenty-seven university students.

The current study is an exploratory research and, in this sense, were carried out descriptive analyzes, tests of comparisons between averages and factorial analyzes in main components.

The results show a clear adherence to indicators of general principles of human rights, with statistically significant differences between the perception that university students have about the right to freedom using the confrontation between a general situation and a concrete situation: in the case of perception which they have regarding the right to build a family, also using the general situation versus the concrete situation, is at the threshold of the level of significance.

Additionally, other results show an image related to the person with professional and personal success associated with characteristics of proactivity and good adaptive capacity, contrary to the image of the person with mental deficiency that is associated with characteristics of dependence, lack of autonomy and weak capacity for functional adaptation, with only pleasant behaviors in two situations; when the deficiency causes extreme maladaptation and when the disability allows some autonomy and functional adaptation.

It is concluded that discrimination as well as perceptions of discriminatory attitudes are a strong reality in the daily life of people with disabilities, and psychosocial barriers largely prevent the socially active participation of this social group.

Keywords: general principles of human rights; Intellectual disabilities, social representations; discriminatory attitudes

Agradecimentos

A secção destinada aos agradecimentos é, certamente, limitada para agradecer a todas as pessoas que, ao longo do meu percurso académico, contribuíram para a minha formação e, sobretudo, para o meu crescimento pessoal.

Neste sentido, deixo palavras de um sentido e profundo agradecimento a todos os que me ajudaram, de algum modo, a concretizar os meus objetivos.

Ao meu orientador, Professor Doutor Joaquim Pires Valentim, o meu mais sincero obrigado pelo apoio e pela orientação dados, ao longo dos últimos meses que muito contribuiu no aumento e aprofundamento dos meus conhecimentos. Agradeço, também, a sua disponibilidade.

Aos alunos que, embora no anonimato, contribuíram para a realização desta investigação através da sua disponibilidade, o meu agradecimento.

Aos meus colegas, Catarina Sá, Davide Carvalho, Isabel Santos e Rute Moreira, pelo companheirismo, pela ajuda e pela amizade.

Aos meus queridos e fiéis amigos, um especial obrigado por estarem comigo, diariamente, e comigo privarem os momentos que se tornam mais difíceis. Obrigada pelo vosso apoio e carinho.

Aos meus pais, expresse o meu profundo e emocionado agradecimento por estarem ao meu lado, de forma incondicional ao longo de toda a minha vida, e por tudo o que me ensinaram e que me permite ser o que sou hoje.

À minha irmã, a pessoa mais importante da minha vida, simplesmente obrigada por existires.

Aos meus avós, pessoas tão marcadamente importantes no meu desenvolvimento, um especial obrigado por todos os valores que sempre me transmitiram.

Este trabalho é, também, de todos vós e, por isso, vos dedico.

Índice

Introdução	1
I – Enquadramento conceptual.....	2
Princípios Gerais da Declaração Universal dos Direitos Humanos	2
Deficiência Intelectual: Concetualização	3
O Modelo Social da Deficiência	5
Representações Sociais.....	6
Discriminação nas pessoas com deficiência.....	9
II - Objectivos	10
III - Metodologia	11
Descrição da amostra.....	11
Materiais/instrumentos	11
Procedimentos	12
1 - Análise Descritiva.....	12
2 - Anova: Teste de Comparações entre médias	12
3 - Análise em Componentes Principais (ACP)	13
IV - Resultados.....	13
Indicadores de adesão a princípios gerais dos direitos humanos versus situações concretas	13
Análise Fatorial Exploratória em Componentes Principais.....	15
1 - Pessoa com deficiência intelectual.....	15
2 - Pessoa com sucesso profissional e pessoal	17
3 - Comportamentos presentes nas relações entre pessoas não deficientes e pessoas com deficiência intelectual.....	20
Estudo das relações entre as variáveis da imagem acerca das pessoas com deficiência intelectual e da imagem acerca dos comportamentos que existem entre pessoas não deficientes e pessoas com deficiência intelectual.....	22
V - Discussão	24
VI - Conclusões.....	27
Bibliografia	29

Introdução

A inclusão social das pessoas com deficiência e, em especial, com deficiência intelectual, constitui um grande desafio nos dias de hoje.

O preconceito e a discriminação presentes na nossa sociedade constituem fortes barreiras às pessoas com deficiência impossibilitando-as, a maior parte das vezes, de terem um papel ativo na sociedade, e onde o acesso ao emprego, à educação e à integração social é dificultado.

Recentemente, verificaram-se avanços positivos e significativos que permitem abertura para uma participação social ativa deste grupo social, muito pela formulação de leis e pela criação de instituições que trabalham numa lógica de inclusão. No entanto, dados recentes assumem as pessoas portadores de deficiência como sendo um grupo mais suscetível e vulnerável a atitudes discriminatórias e comportamentos de marginalização, traduzindo uma realidade de exclusão social para estas pessoas (GRACE, 2005). Neste âmbito, constatou-se que a inclusão social deste grupo tem ainda um longo caminho a percorrer cujos principais obstáculos se prendem com preconceitos e atitudes discriminatórias enraizadas na sociedade contemporânea (Devenney, 1997; Veiga & Salgado, 2013).

É, neste sentido, que o estudo da adesão a princípios gerais dos direitos humanos se afigura como pertinente para o presente estudo, uma vez que as pessoas com deficiência intelectual são abrangidas pelos mesmos direitos que as outras pessoas; no entanto, na prática, os seus direitos são muitas vezes limitados tendo por base a sua condição, sendo estas pessoas alvo de discriminação e privação dos direitos que são fundamentais a qualquer ser humano.

É, também, na mesma lógica, que o estudo das representações sociais vai permitir compreender que imagem está associada à deficiência intelectual e, neste caso concreto em estudo, a imagem relativa à pessoa com sucesso profissional e pessoal, segundo perceções que estudantes universitários têm acerca deste contexto. O estudo e a análise da imagem relativa à deficiência intelectual vai procurar contribuir para a desmistificação das barreiras psicossociais que constituem um obstáculo a este grupo social, bem como perceber quais os preconceitos inerentes à sociedade.

Em suma, o principal objetivo da presente dissertação é perceber de que forma as pessoas aderem a princípios gerais dos direitos humanos e em que medida são percecionadas as pessoas com deficiência intelectual como tendo direito aos mesmos, confrontando situações gerais com situações concretas; adicionalmente, pretende-se, com este estudo, aprofundar o conhecimento acerca das barreiras psicossociais subjacentes às pessoas com deficiência intelectual, através do estudo da imagem da pessoa com deficiência, em simultâneo com a análise da imagem da pessoa com sucesso profissional e pessoal, e analisar a sua relação com eventuais atitudes discriminatórias.

I – Enquadramento conceptual

Princípios Gerais da Declaração Universal dos Direitos Humanos

A luta pelos direitos humanos traduz-se numa causa muito conhecida por todos nós e que advém de há muitos anos atrás.

A história dos direitos humanos remonta ao século XVIII, desde a Independência dos Estados Unidos, em 1776, até às declarações francesas, de 1789, contando ainda com o marco de 1948, com a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU) e, conseqüentemente, com a elaboração da Declaração Universal das Nações Unidas que assinalou a reviravolta e a esperança para a Humanidade na evolução dos direitos humanos. Contudo, esta foi uma luta marcada por conflitos e dissensos responsável por protagonizar uma longa história de perceções, condutas e ideais de justiça muito diferentes (Magalhães, 2011). No entanto, os direitos estabelecidos pela Declaração Universal abrangem toda a Humanidade apesar de serem frequentemente violados e apesar de, por vezes, não serem de igual modo atribuídos a todas as pessoas, nomeadamente às pessoas com deficiência intelectual; ou seja, continua a existir discriminação e privação de direitos que são fundamentais às pessoas com deficiência, e é neste sentido que, em 2006, a ONU adota a Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência, uma vez que as pessoas com deficiência eram, até então, negligenciadas no sistema de direitos humanos na medida em que muitos dos princípios subjacentes a eles lhes eram aplicados, maioritariamente, de forma parcial o que, posteriormente, se traduzia numa desigualdade de direitos (Sá, 2012).

A exclusão social é um fenómeno marcadamente presente na realidade das pessoas com deficiência, e é neste seguimento que há a urgência na criação de políticas e leis que permitam a abertura para a igualdade de direitos destas pessoas (Van Campen & Iedema, 2007).

A convenção adotada apresenta-se como um documento sobre os direitos humanos da pessoa com deficiência tendo subjacente a Declaração Universal dos direitos humanos, que dita que todas as pessoas portadores de algum tipo de deficiência (entenda-se por pessoa deficiente todas as pessoas que detenham incapacidades físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais) têm os mesmos direitos fundamentais que qualquer outro cidadão, fomentando a igualdade. Não reportando novos direitos, para além daqueles que integram a Declaração Universal, a convenção é também um meio para desenvolver questões relacionadas com a participação social ativa, com o acesso ao emprego, a serviços de apoio e à segurança, que se afiguram como os direitos mais negligenciados para as pessoas com deficiência (ONU, 2007; Sá, 2012).

Deficiência Intelectual: Concetualização

De forma a fundamentar teoricamente o presente estudo parece pertinente concetualizar conceitos determinantes que devem ser esclarecidos e compreendidos, nomeadamente o da deficiência intelectual.

As várias concepções de deficiência intelectual que têm surgido ao longo dos últimos anos são extremamente influenciadas, quer pelo contexto histórico, quer pelos padrões culturais subjacentes a cada sociedade (Aronowitz, 1998).

O termo deficiência mental, substituído mais tarde pelo conceito de deficiência intelectual (tal como é reconhecido atualmente) surgiu no século XIX, sendo utilizado para caraterizar todos os indivíduos que apresentassem problemas no desenvolvimento cognitivo e que influenciassessem a autonomia, a independência e adaptação ao meio social dos mesmos (Teixeira, 2013).

A falta de consenso em relação à conceptualização dos termos “deficiência” e “incapacidade” tem contribuído, segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), para o impedimento da promoção de saúde das pessoas com deficiência, bem como para a participação social ativa deste grupo.

O termo que hoje é conhecido na literatura, e mais usual também, é o de *deficiência intelectual*, apesar de ser um conceito que tem sido sujeito a várias alterações ao longo do tempo, uma vez que ainda há relativamente pouco tempo se falava em *deficiência mental*.

A deficiência intelectual tende a ser categorizada como atraso mental sendo caraterizada como comprometendo, de forma permanente, a racionalidade e o controlo comportamental (AAIDD, 2013). Este tipo de abordagem pode ter contribuído para a manutenção do preconceito e de atitudes discriminatórias acerca da deficiência intelectual (Ribeiro, 2008).

No sentido de erradicar estes comportamentos a *American Association of Mental Retardation* (AAMR), que mais tarde alterou a sua nomação para *American Association on Intellectual and Developmental Disabilities* (AAIDD) propõe que a “deficiência intelectual refere-se a limitações substanciais no funcionamento atual. É caraterizada por um funcionamento intelectual significativamente abaixo da média associado a limitações relativas a duas ou mais das seguintes áreas do comportamento adaptativo: comunicações, autonomia, atividades domésticas, socialização, autonomia na comunidade, responsabilidade, saúde e segurança, habilidades académicas, lazer e trabalho. Esta deficiência manifesta-se antes dos 18 anos de idade”. Segundo esta definição, a deficiência intelectual não é representada, apenas, como sendo um atributo da pessoa, mas sim como um estado peculiar de funcionamento; assim sendo, a deficiência corresponde a uma atuação conjunta com o meio envolvente, e não como fazendo parte exclusivamente do indivíduo; a sua origem advém tanto de aspetos intraindividuais como socioecológicos (Luckasson et al., 2002).

Também Luckasson e colaboradores (1992) afirmam que “a deficiência intelectual refere-se a um estado de funcionamento atípico no seio da comunidade, manifestado logo na infância, em que as limitações do funcionamento intelectual (significativamente abaixo da média) coexistem

com limitações em duas ou mais das seguintes áreas de capacidades adaptativas (...), ocorrendo durante a fase de desenvolvimento do indivíduo (0 aos 18 anos). Para qualquer pessoa com deficiência intelectual, a descrição deste estado de funcionamento exige o conhecimento das suas capacidades e uma compreensão da estrutura e expectativas do meio social e pessoal do indivíduo”.

Apesar de, como acima referido, não existir consenso em relação à definição de deficiência intelectual, parece existir uma definição que se apresenta como a mais consensual de todas, definida pela American Association of Intellectual and Developmental Disabilities (2012), que refere a deficiência intelectual como um estado de significativas limitações, quer a nível do funcionamento intelectual, quer a nível do comportamento adaptativo. Assim sendo, assumem-se três critérios de diagnóstico na deficiência intelectual: (1) limitações significativas ao nível do funcionamento intelectual, (2) limitações significativas do comportamento adaptativo, (3) a sua manifestação acontece antes dos 18 anos de idade (AAIDD, 2013).

Neste sentido, é importante clarificar que a deficiência intelectual não é apenas diagnosticada por testes de inteligência, uma vez que estes apenas medem o nível de funcionamento intelectual de cada indivíduo, não constituindo uma medida mensurável do comportamento adaptativo, que constitui um dos critérios de diagnóstico na deficiência intelectual (AAIDD, 2013). No entanto, o critério psicométrico QI continua a ser considerado como o mais objetivo dos métodos na avaliação e no diagnóstico da deficiência intelectual.

O comportamento adaptativo é determinado “em termos dos efeitos sociais positivos em resultado da adoção de determinados tipos de comportamentos emitidos como resposta ao contexto ecológico e a que este reage com feedbacks igualmente valorativos” (Cartledge & Milbrun, 1986, cit. in Santos & Morato, 2002).

Na literatura, o comportamento adaptativo também se apresenta na forma que cada indivíduo demonstra os requisitos de independência pessoal e responsabilidade social, regidas por normas de conduta social, esperadas consoante a idade e a cultura em que está inserida a sociedade (Santos & Morato, 2002).

Apesar do diagnóstico representar uma etapa indispensável é, de igual modo, muito importante prestar auxílio a estes indivíduos na aprendizagem de competências essenciais, nomeadamente na estimulação da participação ativa nos vários contextos onde está inserido (social, familiar, escolar). A sua adaptação funcional ao meio social dependerá, maioritariamente, do ambiente em que se encontra o indivíduo, bem como da sua estimulação (Telmo et. al, 1990).

O Modelo Social da Deficiência

A evolução conceitual e a mudança em termos de perspectiva da deficiência intelectual remete o foco para o modelo social da deficiência; ao longo da história predominaram visões que associavam a deficiência ao pecado, a seres malignos, aos deuses, entre outros (Devenney, 1997). Com o passar do tempo e com o aparecimento da ciência moderna estas visões fatalistas foram sendo postas de parte. Neste sentido perspectivou-se um modelo/visão relacional ou biopsicossocial que procura conceitualizar o fenómeno da deficiência (Barnes & Mercer, 2005).

O foco principal desta abordagem é a permissa de que a deficiência não é, por si só, responsável por impedir que as pessoas participem ativamente na vida em sociedade, mas sim a forma como a deficiência é socialmente construída, e também as barreiras sociais, físicas, políticas e psicológicas subjacentes à sociedade que limitam e restringem a vidas das pessoas com deficiência (Fontes, 2016).

Assim sendo, a deficiência assume-se como uma construção social em que as barreiras sociais são fortemente responsáveis pela exclusão social das pessoas com deficiência.

O modelo social da deficiência contribui para “absolver” a deficiência como sendo um problema unicamente clínico, que apenas diz respeito à pessoa com deficiência (como enfatiza o modelo médico-individual), ao mesmo tempo que contribui para redirecionar o foco para as restrições impostas pela sociedade à integração e à participação socialmente ativa das pessoas com deficiência. A construção social da deficiência não nega o impacto que as incapacidades da pessoa com deficiência tem na sua vida, mas enfatiza que não é um problema exclusivamente individual e médico, pois desta forma estaríamos a absolver a sociedade e o seu funcionamento na exclusão de pessoas com deficiência (Barnes & Mercer, 2003; Fontes, 2016).

Simultaneamente, este modelo procura estabelecer uma análise social e política das atitudes e dos processos discriminatórios procurando alertar para a necessidade urgente de eliminar as barreiras psicossociais, também elas responsáveis pelas restrições impostas às pessoas com deficiência (Barnes & Mercer, 2003; Estanqueiro, 2014).

Apesar de já se verificarem algumas modificações sociais relativamente a indivíduos com deficiência intelectual, estes ainda constituem um grupo vulnerável na sociedade ameaçado pela exclusão social, muito devido a fatores legais, financeiros, físicos e comportamentais criados pela sociedade em que estão inseridos, e portanto exteriores à pessoa (Mulvany, 2000).

O indivíduo com deficiência é mais vulnerável à influência que os outros sujeitos possam exercer sobre eles, e neste sentido trata-se de um fenómeno social. A deficiência intelectual, ou qualquer outro tipo de incapacidade, está relacionada com o meio em que o sujeito se insere, bem como com a atitude da sociedade; são, portanto, indivíduos que fazem parte integrante da sociedade e é nesta lógica que devemos procurar entender as

representações sociais no sentido de procurar uma abertura para a participação social ativa deste grupo (Charlton, 1995; Nowicki, 2006).

Representações Sociais

O início do estudo da Teoria das Representações Sociais remonta ao ano de 1961, por Serge Moscovici. Estas mesmas representações são estudadas e avaliadas ao nível intra-individual, como as representações mentais estudadas pela Psicanálise, mas também ao nível da comunicação como as representações públicas, sendo objeto de estudo da Psicologia Social, e ainda ao nível do coletivo, constituindo as representações culturais, que por sua vez são objeto de estudo da Antropologia (Sperber, 1989).

Na mesma linha de raciocínio, as representações sociais apresentam uma transversalidade notável, uma vez que constituem objeto de estudo de várias ciências humanas, e o seu carácter transdisciplinar manifesta-se nas variadas dimensões das representações sociais assentes na dicotomia entre indivíduo e sociedade, tratando-se de dar sentido à realidade permitindo trocas de comunicação entre os indivíduos na comunidade (Jodelet, 1989).

Assim sendo, a Psicologia Social procura então compreender a interface entre o social e o coletivo reconhecendo o indivíduo e as suas produções mentais como representações da sua socialização num determinado segmento social (Spink, 1993).

Neste sentido, as representações sociais constituem uma vertente teórica da Psicologia Social, sendo objeto de estudo central desta ciência, cujo papel primordial é compreender de que forma o conhecimento social é percebido e transformado pelos indivíduos que integram determinados grupos (Duveen & Moscovici, 2000; Howarth, 2006).

As representações sociais são, então, formas de conhecimento prático orientados para a comunicação e para a compreensão do contexto social em que estamos inseridos, manifestando-se através de imagens, teorias, categorias socialmente partilhadas e responsáveis na construção de uma realidade comum, possibilitando a comunicação (Jodelet, 1985).

Segundo Jodelet (2001), toda e qualquer representação é representação de alguém; este integra pertenças sociais variadas, situado numa dada temporalidade histórica e numa dada sociedade, dando ênfase à forma como esta se organiza, às suas formas de comunicação, às suas ideologias e culturas específicas.

É neste sentido que importa reconhecer que o ser humano não pensa de forma isolada, isto é, o pensamento emerge assente na identidade de cada um, nas experiências, nas marcas históricas, nas ideologias e divisões sociais, entre outros elementos que constituem o social. Ou seja, os contextos dos quais somos parte constituinte determinam a forma como elaboramos as nossas representações (Arruda, 2009).

Esta abordagem leva-nos a afirmar, segundo a literatura, que as representações sociais são construções psicossociológicas; o indivíduo deixa de ser descrito como mero recetor de informação dotado de conhecimento

científico, mas sim como sujeito cujo papel ativo que tem na construção das representações sociais se baseia na produção e na criação de visões e percepções sobre a realidade e sobre a sociedade. O sujeito utiliza este conhecimento de forma a transformar aquilo que não entende em algo funcional e usual (Moscovici, 2003).

Jodelet (2001) define as representações sociais como formas de conhecimento, elaboradas e partilhadas socialmente, e responsáveis pela construção de uma realidade comum que abrange toda a sociedade; são, portanto, construções que auxiliam o sujeito a entender o mundo exterior e interior, e funcionam como guia na forma que o sujeito age sobre o mundo, sobre o outro e sobre ele mesmo, e é por isso, que segundo a mesma autora, são entendidas como “saberes práticos”.

As representações sociais são, então, responsáveis por mobilizar o indivíduo para a ação sendo influenciadas por saberes práticos, caracterizando-se por ser um processo psicossociológico que reitera a maneira de pensar, de ver, de agir e representar o mundo à nossa volta (Jodelet, 1989, cit. por Cabecinhas, 2004; Rodrigues & Rangel, 2012).

Reconhecendo as representações sociais como formas de conhecimento prático e postulando que o seu objetivo principal é o de dar sentido à realidade são conferidas diversas funções às mesmas: a função social, ou função da construção da realidade, responsável pela orientação da conduta e da comunicação, uma vez que é através dela que a comunicação e as trocas sociais entre indivíduo e sociedade ocorrem; a função afetiva, ou função identitária, responsável pela legitimação das identidades sociais, ou seja, pela construção da identidade social de cada indivíduo na sociedade; a função de orientar comportamentos desejáveis para a ação que se refletem em guias de orientação para os indivíduos; a função de justificar os comportamentos e as tomadas de decisão dos sujeitos; e a função cognitiva, responsável pela familiarização com a novidade, ou seja, a transformação do que para o sujeito é estranho ou potencialmente ameaçador em algo que lhe seja familiar (Abric, 1997; Estanqueiro, 2014; Miguel, 2010; Spink, 1993).

É pela função cognitiva que surge o estudo das representações sociais, não tanto em termos de conteúdo, mas sim enquanto processo, procurando compreender de forma mais precisa a funcionalidade das representações sociais na construção e na manutenção de uma ordem social comum. É, então, neste contexto que surgem dois processos envolvidos nas representações sociais: a ancoragem e a objetivação (Spink, 1993).

A ancoragem refere-se à forma como o indivíduo processa o que para ele é estranho no pensamento já constituído, ou seja, a forma como é ancorado o que é desconhecido às representações que já existem (Spink, 1993). É descrito como um processo que assenta nos valores do grupo, traduzindo-se num saber capaz de influenciar os outros (Moscovici, 1978). De forma mais específica, este é um processo que assenta em três níveis distintos: a ancoragem psicológica, a ancoragem psicossociológica e a ancoragem sociológica. A primeira refere-se a valores, atitudes, experiências pessoais, crenças e o seu impacto na construção das representações correspondendo, desta forma, a um nível intra e interindividual; o segundo,

por sua vez, corresponde ao processo através do qual os indivíduos representam as relações entre os grupos; o último, e terceiro nível, corresponde ao processo através do qual os indivíduos acedem aquando a inserção social de outros sujeitos (Doise, 1992; Doise, 2012; Estanqueiro, 2014).

Por outro lado, a objetivação corresponde ao processo através do qual conceitos abstratos se transformam em algo mais concreto e tangível, de tal forma que assume o carácter de uma realidade comum (Moscovici, 1988). É um processo que decorre em três etapas: por um lado, a descontextualização da informação que decorre segundo critérios normativos e culturais; por outro, a formação de um núcleo figurativo que corresponde à construção de uma estrutura que reproduz, de forma figurativa, uma estrutura conceitual; e, por último, a naturalização, isto é, a transformação das imagens correspondentes ao que é abstrato para o sujeito em elementos da realidade. É nesta lógica que a função cognitiva parece ter especial pertinência no estudo das representações sociais pois é responsável por privilegiar estes últimos processos mencionados. Por outro lado, a função afetiva remete para a dinâmica da interação social, nomeadamente para estratégias individuais e coletivas que são desenvolvidas de forma a manter identidades ameaçadas (Spink, 1993).

Neste contexto, o estudo de Jodelet (1989) sobre as representações da loucura confere credibilidade à análise das funcionalidades das representações sociais na manutenção da identidade grupal bem como no combate à ansiedade criada pela proximidade à doença mental; importa, de igual modo, perceber de que forma comunidades diferentes, inseridas em diferentes contextos com padrões culturais muito diversificados, constroem perceções e representações sobre o outro e sobre o mundo (Rodrigues & Rangel, 2012).

Numa tentativa de melhor compreender como são socialmente representadas as pessoas com deficiência intelectual, é fundamental compreender a utilidade da teoria das representações sociais, para que consigamos perceber quais as implicações que essas mesmas representações têm num indivíduo com deficiência intelectual, da mesma forma que se torna pertinente o estudo das atitudes e dos processos discriminatórios de que estas pessoas são alvo para que se torne mais fácil compreender o que precisa ser alterado na sociedade para que estes indivíduos se sintam parte integrante da mesma.

Discriminação nas pessoas com deficiência

A diferença é fundamentalmente compreendida como fator de exclusão e discriminação. A origem deste fenómeno está associada à forma como a deficiência é construída socialmente, e no conjunto de barreiras psicossociais que existem na sociedade e que impedem a participação ativa das pessoas com deficiência (Fontes, 2016).

As barreiras físicas são aquelas que mais facilmente são superadas, implicando que se aplique leis já existentes e recursos disponíveis que são necessários à sua eliminação. Por outro lado, as barreiras sociais e psicológicas são de difícil acesso, uma vez que representam as concepções acerca da deficiência que têm vindo a ser construídas social e culturalmente ao longo da história, responsáveis por cristalizarem a organização da própria estrutura social, bem como nas formas de pensar e agir da sociedade (Fontes, 2016).

As pessoas com deficiência estão sobre-representadas entre os grupos mais pobres e mais excluídos socialmente e, ao longo da história do mundo ocidental, têm sido alvo de atitudes de opressão, sendo que as barreiras atitudinais são imensamente destruidoras, mais até do que as barreiras físicas ou estruturais e até do que a vivência da própria condição incapacitante (Dalal, 2006; Huang & Brittain, 2006).

A manutenção de comportamentos discriminatórios persiste porque as retrições com que as pessoas com deficiência se deparam no dia-a-dia tendem a ser normalizadas, ou vistas como normais, como consequência das limitações funcionais dos sujeitos. Todo o fenómeno de exclusão social com que as pessoas com algum tipo de incapacidade se debatem deve-se à existência de barreiras físicas, mas sobretudo sociais, bem como à discriminação (Priestley, 2002).

Apesar de constatados avanços positivos na mudança de comportamentos dirigidos a deficientes intelectuais, nomeadamente o aumento de atitudes positivas face a este grupo social (Grewall et. al., 2002, cit. in por Veiga & Salgado, 2013), os comportamentos negativos continuam a prevalecer e a subsistir na sociedade (Brostrand, 2006; Devenney, 1997), o que culmina, maioritariamente, em atitudes discriminatórias responsáveis pela permanência do fenómeno de exclusão social (Goffman, 1980).

II - Objectivos

A presente investigação assenta em dois objetivos gerais distintos: por um lado, compreender os indicadores de adesão a princípios gerais dos direitos humanos selecionados a partir do confronto entre situações gerais e situações concretas da vida quotidiana; para operacionalizar esses mesmos indicadores foram usados alguns itens presentes na Declaração Universal dos direitos humanos. Por outro, compreender de que forma é representado o fenómeno da deficiência intelectual, através das percepções que estudantes universitários têm acerca da imagem da pessoa com deficiência intelectual e da pessoa com sucesso profissional e pessoal, e também perceber quais as suas percepções acerca de eventuais comportamentos que possam ou não estar presentes nas relações entre as pessoas não deficientes e pessoas com deficiência intelectual.

O presente estudo revela um carácter descritivo e exploratório, cujo objetivo é clarificar o tema e estabelecer algumas conclusões. É, neste sentido, que emergem objetivos mais específicos:

i. Confrontar e analisar situações gerais e situações concretas, tendo como meio alguns itens que constituem a declaração universal dos direitos humanos;

ii. Descrever e analisar a percepção que estudantes universitários têm acerca da imagem da pessoa com deficiência intelectual;

iii. Descrever e analisar a percepção que estudantes universitários têm acerca da imagem da pessoa com sucesso profissional e pessoal;

iv. Descrever e analisar a percepção que estudantes universitários têm acerca do comportamento discriminatório (comportamentos que podem ou não estar presentes nas relações entre as pessoas não deficientes e pessoas com deficiência intelectual);

v. Analisar as eventuais relações entre a imagem percebida acerca da pessoa com deficiência intelectual e os comportamentos discriminatórios, por parte de estudantes universitários;

III - Metodologia

Descrição da amostra

A amostra foi selecionada recorrendo ao método não probabilístico por conveniência, uma vez que se apresenta como uma amostra de fácil acesso; tem ainda a mais-valia de ser um método económico, quer em relação ao tempo, quer em relação aos custos monetários (Hill & Hill, 2000).

A amostra é constituída por 207 alunos da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, entre os quais alunos do curso de Mestrado Integrado em Psicologia, Ciências da Educação e Serviço Social, sendo que 25 (12.1%) pertencem ao sexo masculino e 182 (87.9%) ao sexo feminino. Em termos etários, os participantes têm idades compreendidas entre os 17 e os 50 anos ($M = 19.26$; $DP = 3.06$).

Materiais/instrumentos

O método de recolha de dados utilizado foi o inquérito por questionário autoadministrado. É um método que se caracteriza por ter algumas desvantagens, nomeadamente o facto de existir a probabilidade dos dados serem influenciados por fatores que caracterizam os participantes, como fatores de motivação e de personalidade, e pelo facto da ocorrência do fenómeno de desejabilidade social. Por outro lado, verificam-se, também, vantagens na utilização deste método, nomeadamente os custos baixos que requer, a garantia da confidencialidade dos dados fornecidos e o pouco tempo que exige na sua administração (Estanqueiro, 2014; Robson, 2002).

Relativamente aos instrumentos utilizados, recorreu-se a um questionário construído por Valentim (2012) tendo por base a sua versão original para a língua francesa, posteriormente adaptada para língua portuguesa por Lopes (2010). O questionário utilizado na presente investigação inclui duas seções com escalas de Likert de sete pontos, em que 1 significa “*nunca se aplica*” e 7 significa “*aplica-se muito frequentemente*”, e onde se usam os dezasseis fatores de Cattell através da apresentação de trinta e duas características da personalidade, apresentadas nos Quadros 3 e 4 (Paicheler, Beaufile & Ravaud, 1987; Estanqueiro, 2014).

Adicionalmente neste questionário, e pela primeira vez, pareceu pertinente investigar a adesão a princípios gerais versus situações concretas do dia-a-dia, utilizando como método alguns itens presentes na Declaração Universal dos direitos humanos, como apresentado no Quadro 1. Neste sentido, é utilizada uma nova escala de Likert de sete pontos, em que 1 significa “*nada de acordo*” e 7 significa “*completamente de acordo*”, construída por Valentim (2016) e inspirada nos estudos sobre representações sociais dos direitos humanos (Doise, 2002) onde primeiramente se pede aos inquiridos para responderem em que medida concordam com alguns dos itens da Declaração Universal dos direitos humanos, sendo apresentada uma situação geral (SG); num segundo momento do mesmo questionário, os participantes são confrontados com situações concretas (SC) da vida quotidiana representadas, também elas, numa escala de Likert de sete

pontos, em que 1 significa “*completamente aceitável*” e 7 significa “*completamente inaceitável*”, onde se solicita aos inquiridos que manifestem a sua opinião relativamente a cada um dos procedimentos apresentados.

Também o interesse nas relações entre pessoas não deficientes e pessoas com deficiência intelectual suscitou o estudo de um novo paradigma que assenta na análise dos comportamentos presentes nessas mesmas relações. Neste sentido, Valentim (2016) construiu uma nova escala de Likert de sete pontos, em que 1 significa “*discordo completamente*” e 7 significa “*completamente de acordo*”, assente numa escala já existente de Gondim et. al, 2013 que pretende analisar as dimensões/fatores presentes nas relações entre os trabalhadores portugueses e os estrangeiros. Na nova escala utilizada no presente questionário é pedido aos participantes que assinem até que ponto concordam que cada um dos comportamentos apresentados está presente nas relações entre as pessoas não deficientes e as pessoas com deficiência intelectual, como apresentado no Quadro 5.

Complementarmente, solicita-se aos inquiridos que refiram o seu nível de contacto, à vontade e grau de conhecimento relativamente a pessoas com deficiência intelectual, escala retirada do Eurobarómetro (2001).

No último momento do questionário é pedido o preenchimento de dados sociodemográficos tais como o sexo, a idade, nacionalidade, curso, situação atual em termos profissionais; profissão e escolaridade dos pais.

Procedimentos

Nos diferentes procedimentos da análise de dados recorreu-se à aplicação informática de tratamento e análise estatística SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) versão 22.0.

1. Análise Descritiva

Inicialmente, procedeu-se à análise estatística descritiva, identificando frequências relativas, médias aritméticas (medidas de tendência central) e desvios padrão (medidas de dispersão e variabilidade).

Posteriormente, efetuou-se o recurso a estatísticas inferenciais, como testes de hipóteses, de modo a testar a existência de diferenças estatisticamente significativas entre as variáveis, reconhecendo-se como significativas todas as diferenças com o valor associado a $p \leq 0.05$ (Field, 2007).

2. Anova: Teste de Comparações entre médias

Posteriormente, recorreu-se ao teste de comparações de médias, recorrendo a uma ANOVA. O objetivo é perceber se existem diferenças estatisticamente significativas, recorrendo à comparação entre médias.

3. Análise em Componentes Principais (ACP)

Num segundo momento do estudo procedeu-se às análises fatoriais exploratórias cujo objetivo foi identificar diferentes dimensões que eventualmente possam existir na versão adaptada e utilizada na presente investigação. Assente neste pressuposto, o objetivo desta análise é agrupar as características num número mais reduzidos de fatores/dimensões de forma a clarificar a interpretação dos dados, mantendo o máximo de informação original possível (Field, 2005).

Para tornar mais nítida a interpretação dos fatores procedeu-se a uma rotação ortogonal *varimax*. Foram efetuadas três ACP: às respostas para a condição “pessoa com deficiência intelectual”, às respostas para a condição “pessoa com sucesso profissional e pessoal” e às respostas acerca da percepção dos comportamentos presentes nas relações entre pessoas não deficientes e pessoas com deficiência intelectual.

De forma a testar se existe uma boa adequação amostral para este tipo de análise recorreu-se ao teste de esfericidade de *Bartlett* e à medida de adequação da amostra de *Kaiser-Meyer-Olkin* [KMO].

A fiabilidade das diferentes escalas utilizadas no presente estudo testou-se através da consistência interna, pelo cálculo do alfa de Cronbach, que nos indica a fiabilidade dos diferentes instrumentos utilizados.

IV - Resultados

Indicadores de adesão a princípios gerais dos direitos humanos *versus* situações concretas

O quadro abaixo apresenta, caso a caso, a situação geral em confronto com a situação concreta.

Quadro 1. Descrição, caso a caso, da situação geral e da situação concreta (Valentim, 2016)

	Situação Geral	Situação Concreta
Caso 1	Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.	Uma pessoa com deficiência intelectual quer sair e dar um passeio sozinha à tarde, mas como não tem autonomia suficiente a sua família não a deixa fazer isso
Caso 2	A partir da idade núbil, o homem e a mulher têm o direito de casar e constituir família, sem restrição alguma de raça,	Ele tem 27 anos e ela 26. Namoram, estão felizes e esperam casar-se em breve. A felicidade seria perfeita se as

A adesão a princípios gerais dos direitos humanos e o estudo das representações sociais acerca da deficiência intelectual
Mariana Travassos de Oliveira (e-mail:mariana.travassos.oliveira@gmail.com) 2017

	nacionalidade ou religião	famílias de ambos não o impedissem, alegando que, como os dois são pessoas com deficiência intelectual, não têm autonomia para isso
Caso 3	Todas as pessoas com deficiência intelectual deveriam poder ter empregos compatíveis com as suas capacidades	Um rapaz de 21 anos com deficiência intelectual candidata-se a um posto de trabalho numa oficina para desempenhar tarefas que é capaz de fazer. Todavia, a entidade patronal não o contrata alegando que o seu rendimento é muito inferior ao dos outros trabalhadores
Caso 4	A partir da idade núbil, o homem e a mulher têm o direito de casar e constituir família, sem restrição alguma de raça, nacionalidade ou religião	Uma mulher de 30 anos com deficiência intelectual quer ter filhos, mas a família não deixa porque ela não é capaz de tomar conta deles
Caso 5	Todas as pessoas têm direito à educação. Esta deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar. Este é obrigatório	Para aliviar o orçamento da educação em períodos de crise, um movimento político solicitou que fosse revista a questão do ensino básico gratuito para crianças com deficiência intelectual

Abaixo, é possível observar que apenas são encontradas diferenças estatisticamente significativas relativamente à percepção do direito à liberdade, à vida e à segurança pessoal.

Quadro 2. Médias, desvios-padrão e teste de diferença das médias entre situação geral e situação concreta

	Situação Geral <i>M (DP)</i>	Situação Concreta <i>M (DP)</i>	<i>t</i>	<i>p</i>
Caso 1	6.85 (0.43)	3.52 (1.43)	3.07	.049*
Caso 2	6.41 (1.07)	5.88 (1.26)	1.03	.391
Caso 3	6.64 (0.71)	6.38 (0.95)	.917	.434
Caso 4	6.41 (1.07)	4.68 (1.65)	2.30	.060
Caso 5	6.83 (0.58)	6.02 (1.82)	1.56	.199

No entanto, podemos constatar que o quarto caso está muito próximo do nível de significância ($p = .60$; $p < .05$). É interessante concluir que a nossa amostra percebe como pouco viável as pessoas com deficiência intelectual saírem, à tarde, por não terem autonomia suficiente, mais até do que percebem como pouco viável as mesmas terem filhos.

Análise Fatorial Exploratória em Componentes Principais

1. Pessoa com Deficiência Intelectual

Numa primeira análise fatorial exploratória, e sendo a interpretação dos dados mais facilmente interpretada através da utilização do critério de Kaiser (valor próprio > 1), observou-se um conjunto de dez fatores extraídos. No entanto, e depois de terem sido testadas análises com cinco e quatro fatores, optou-se pela extração em quatro componentes principais, uma vez que já haviam sido mencionados em estudos anteriores, nomeadamente por Estanqueiro (2014). Através da análise dos dados, constatou-se que os primeiros quatro explicam 34% da variância, contrabalançando com os 29% da variância explicada pelos restantes seis fatores, facto que pode ser também fundamentado pela análise do gráfico *scree plot*. Assente nos dados acima mencionados recorreu-se a uma análise fatorial em componentes principais, com rotação ortogonal varimax, fixando a extração em quatro fatores, sendo que a variância total explicada traduz-se em 39.7%.

O alfa de Cronbach referente aos quatro fatores retidos revela, em quase todos, valores acima de .60, como recomenda a literatura, sendo que o fator 1 apresenta um alfa de .821, .724 para o fator 2, .617 para o fator 3 e .500 para o fator 4.

Após a interpretação da análise efetuada é possível constatar que o primeiro fator, que representa 13.4% da variabilidade, agrupa um conjunto de características associadas à estabilidade, ao controlo e à iniciativa própria, sendo denominado de “Adaptação Funcional”. O segundo fator, por sua vez, denomina-se “Caráter Afetuoso” e agrupa características relacionadas com a afetividade, e explica 9.8% da variabilidade. O terceiro fator, caracterizado por colocar em destaque variáveis que se relacionam com o controlo emocional, explica 9.1% da variância, denominando-se de “Intempestividade”. O quarto, e último fator principal, explica 7.4% da variabilidade total e remete para características associadas ao nível de insegurança e imaturidade para com as outras pessoas, sendo que se denomina de “Imaturidade Relacional”. Estas designações apoiam-se em estudos anteriores, nomeadamente no estudo de Estanqueiro (2014) que usou a mesma terminologia.

Quadro 3. Saturações fatoriais da análise fatorial em componentes principais com rotação varimax da imagem acerca da pessoa com deficiência intelectual

	<i>M</i>	<i>DP</i>	F1	F2	F3	F4
			Adaptação Funcional	Caráter Afetuoso	Imtempetividade	Imaturidade Relacional
Espírito de Iniciativa	3.71	1.24	.694			
Espírito Concreto	3.88	1.07	.673			
Responsável	3.85	1.23	.657			
Espírito Crítico	3.43	1.14	.650			
Prático	3.72	1.14	.634			
Caráter Controlado	3.41	1.08	.597			
Prudente	3.54	0.10	.517			
Independente do Grupo	3.10	1.22	.485			
Emocionalmente Estável	3.57	1.20	.412			
Perseverante	4.07	1.01				
Sereno	4.17	1.06	.366			
Caloroso	4.86	1.15		.692		
Terno	5.08	1.09		.674		
Espontâneo	4.87	1.35		.636		
Sensível	5.44	0.99		.540		
Aberto	4.39	1.23		.490		
Expansivo	4.04	1.01		.481		
Sonhador	5.29	1.24		.460		
Inteligente	4.39	1.28		.382		
Autoritário	3.44	1.19			.631	
Frustrado	4.13	1.17			.574	
Ciumento	4.30	1.22			.553	
Impulsivo	4.77	1.17			.482	
Não tem em conta a opinião dos outros	3.58	1.33			.368	
Calmo	4.11	0.95				.436
Tímido	4.52	1.17				.681
Tenso	4.13	1.17				.570
Inseguro	4.85	1.28				.551
Desconfiado	4.16	1.28				.470
Conservador	3.95	2.57				.346

Depois de agrupadas as características associadas à pessoa com deficiência intelectual procedeu-se ao cálculo das estatísticas descritivas referentes aos quatro fatores. No Gráfico 1, abaixo apresentado, é possível observar a média relativa a cada fator. Constatamos que o fator “Caráter Afetuoso” é o que mais se associa à imagem da pessoa com deficiência intelectual ($M=4.79$; $DP=0.69$), sendo que o que menos caracteriza a mesma é o fator “Adaptação Funcional” ($M=3.68$; $DP=0.68$). Os fatores “Intemperividade” e “Imaturidade Relacional” apresentam uma média de $M=4.05$ ($DP=0.76$) e $M=4.29$ ($DP=0.80$), respetivamente, pontuando também valores elevados, próximos do fator que mais caracteriza a pessoa com deficiência intelectual.

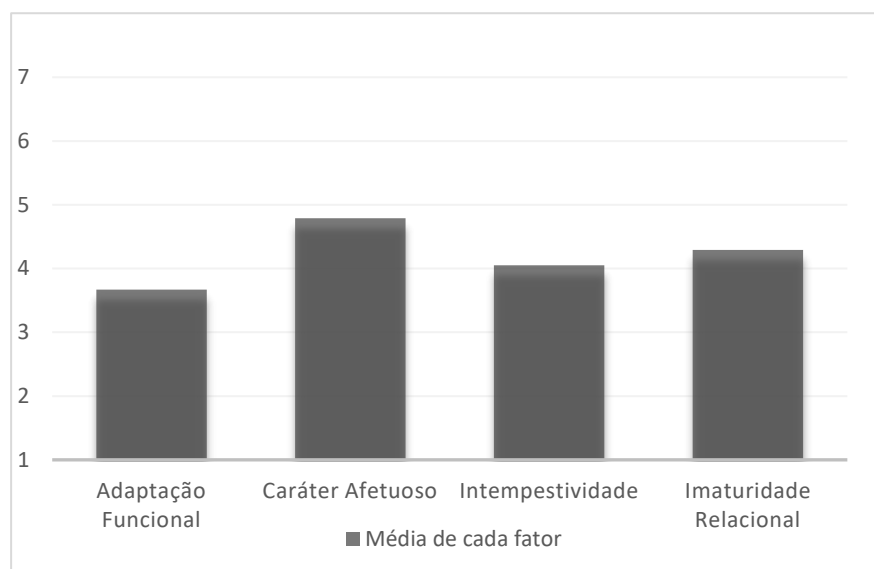


Gráfico 1 - Valores médios de cada fator para a condição “pessoa com deficiência intelectual

2. Pessoa com Sucesso Profissional e Pessoal

Nas respostas à condição “Pessoa com Sucesso Profissional e Pessoal” constatou-se, através de uma análise preliminar exploratória e recorrendo, uma vez mais, ao critério de Kaiser, um conjunto de nove componentes extraídos.

Depois de realizadas análises em componentes principais com três e quatro fatores extraídos, optou-se pela extração em três componentes

principais uma vez que estes explicam 39% da variabilidade, em contraste com 23.7% de variância explicada pelos restantes seis fatores, fenómeno também observável através da análise do gráfico *scree plot*, e também apoiado por estudos realizadas anteriormente, nomeadamente em 2014, por Estanqueiro, que obteve os mesmos três fatores apresentados no presente estudo.

Os valores do alfa de Cronbach dos três componentes principais apresentam valores, quase todos, acima de .60, como sugerem Osborne e Costello (2005), nomeadamente o valor de .824 para o fator 1, .788 para o fator 2 e .530 para o fator 3.

O primeiro fator explica 16.7% da variância e relaciona-se com características de adaptação, como a proatividade, sendo que características como “aberto” e “sonhador” são as que mais caracterizam este primeiro fator, como refere Estanqueiro (2014); neste sentido, o primeiro fator designa-se de “Adaptação Empreendedora”. Por sua vez, o segundo fator explica 13.3% da variabilidade, estando associado a características de baixa afetividade e de instabilidade, denominando-se de “Intempestividade”. Por último, o terceiro fator representa 9% da variabilidade associando-se a características de insegurança e fragilidade, e é por este motivo que se denomina de “Fragilidade Emocional”.

Quadro 4. Saturações fatoriais da análise fatorial em componentes principais com rotação varimax acerca da imagem da pessoa com sucesso profissional e pessoal

	<i>M</i>	<i>DP</i>	F1 Adaptação Empreendedora	F2 Intempestividade	F3 Fragilidade Emocional
Espírito de Iniciativa	6.16	0.76	.729		
Prático	5.98	0.81	.676		
Responsável	6.29	0.75	.646		
Prudente	5.35	0.94	.594		
Espírito Crítico	5.83	0.91	.589		
Inteligente	5.92	0.81	.586		
Caráter	5.23	1.10	.551		
Controlado			.518		
Emocionalmente	5.42	1.05			
Estável					
Aberto	5.48	1.09	.518		
Expansivo	5.05	1.09	.516		
Sereno	4.56	1.13	.491		
Espírito Concreto	5.43	1.10	.480		
Calmo	4.74	1.07	.479		
Sonhador	5.62	1.07	.421		
Independente do grupo	5.28	1.36	.393		

A adesão a princípios gerais dos direitos humanos e o estudo das representações sociais acerca da deficiência intelectual

Mariana Travassos de Oliveira (e-mail:mariana.travassos.oliveira@gmail.com) 2017

Espontâneo	4.91	1.17	.372	
Perseverante	5.31	1.18	.366	
Tenso	3.67	1.42		.783
Autoritário	4.42	1.46		.735
Desconfiado	4.42	1.28		.644
Frustrado	2.71	1.37		.628
Ciumento	3.36	1.25		.579
Não tem em conta a opinião dos outros	3.26	1.48		.553
Impulsivo	3.17	1.17		.541
Conservador	3.67	1.87		.436
Ingénuo	2.51	1.03		.709
Sensível	4.03	1.11		.644
Tímido	3.18	1.11		.582
Inseguro	2.71	1.18		.539
Terno	4.30	0.86		.507
Caloroso	4.38	1.00		.424
Dependente	3.01	2.80		.309

O Gráfico 2 mostra-nos as médias relativas a cada fator que representa e caracteriza a pessoa com sucesso profissional e pessoal.

O fator “Adaptação Empreendedora” é o que mais marcadamente se associa à pessoa com sucesso profissional e pessoal ($M=5.44$; $DP=0.53$), não sendo tão associada ao fator “Intempestividade” ($M=3.59$; $DP=0.90$) e, ligeiramente menos ainda, ao fator “Fragilidade Emocional” ($M=3.44$; $DP=0.74$).

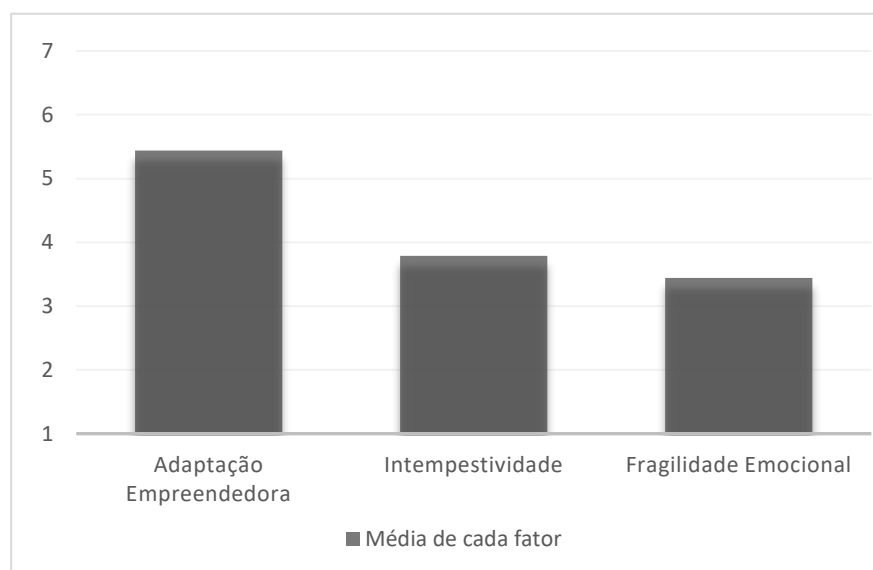


Gráfico 2 - Valores médios de cada fator para a condição “pessoa com sucesso profissional e pessoal

3. Comportamentos presentes nas relações entre pessoas não deficientes e pessoas com deficiência intelectual

Na primeira fase da análise exploratória, e recorrendo ao critério de Kaiser (valor próprio > 1), observou-se um conjunto de três fatores extraídos que explicam 68.3% da variabilidade. Numa primeira fase foram feitas análises extraíndo apenas dois fatores, com o intuito de ser possível observar as duas dimensões do comportamento discriminatório, a amabilidade e a hostilidade, uma vez que haviam sido as duas dimensões mencionadas no estudo de Gondim et. al. (2013) e as mesmas duas dimensões obtidas no estudo de Mouro (2016). No entanto, neste caso concreto, com apenas duas dimensões não era possível observar com clareza, de que forma se agrupavam os diferentes itens correspondentes aos comportamentos em estudo, sendo que se optou pela extração em três componentes principais, com rotação *varimax*.

O alfa de Cronbach relativo a cada um dos três principais fatores apresenta valores superiores a .60 revelando, todos eles, uma ótima consistência interna, sendo que este valor para o fator 1 é de .922, .845 para o fator 2 e .690 para o fator 3.

Pela análise do Quadro 5 é possível afirmar que o primeiro fator, responsável por 31.9% da variabilidade, encontra-se associado a características discriminatórias e de humilhação, e por este motivo se designa de “Hostilidade”. Por outro lado, o segundo fator explica 21.5% da variância, estando relacionado com características afáveis, de estima e de afeto, podendo ser por este motivo designado de “Amabilidade”. O último, e terceiro fator, explica 14.8% da variância total e associa-se a características de

A adesão a princípios gerais dos direitos humanos e o estudo das representações sociais acerca da deficiência intelectual

cuidado e segurança podendo, claramente, ser-lhe atribuído o nome de “Proteção”.

Quadro 5. Saturações fatoriais da análise fatorial em componentes principais com rotação varimax acerca da imagem da pessoa com sucesso profissional e pessoal

	<i>M</i>	<i>DP</i>	F1 Hostilidade	F2 Amabilidade	F3 Proteção
Gozar com elas	3.30	1.66	.877		
Ridicularizá-las perante outros	3.30	1.65	.832		
Criticá-las	3.19	1.56	.807		
Fazer gestos de desprezo	3.60	1.82	.806		
Evitar cumprimenta-los	3.72	1.67	.715		
Interrompê-las quando estão a falar com outras pessoas	3.45	1.69	.631		
Ignorar a sua presença	3.97	1.75	.610		
Procurar comunicar com elas	4.43	1.44		.858	
Ensinar o que precisam para serem autónomas	4.61	1.35		.815	
Tentar fazer amizade com elas	3.91	1.31		.812	
Elogiá-las quando realizam uma tarefa de modo competente	5.36	1.28		.552	
Dar-lhes razão, quando concorda com as suas ideias	4.79	1.52		.490	
Ajudá-las a fazer as coisas mesmo quando não precisam de ajuda	4.57	1.49			.787
Protegê-las de cometerem erros	4.65	1.39			.774
Poupá-las de tarefa que poderiam ser capazes de fazer	4.39	1.70			.646

Depois de estabelecidas e agrupadas as características que caracterizam os comportamentos que existem nas relações entre pessoas não deficientes e pessoas com deficiência intelectual procedeu-se à análise das estatísticas descritivas referentes a cada um dos três fatores. No Gráfico 3 podemos observar as médias que correspondem a cada fator. O fator predominante nas respostas acerca das relações entre pessoas não deficientes e pessoas com deficiência intelectual é o fator “Amabilidade” ($M=4.63$; $DP=1.08$), seguido do fator “Proteção” ($M=4.54$; $DP=1.20$), sendo que o fator “Hostilidade” é o que menos caracteriza estas relações ($M=3.49$; $DP=1.39$).

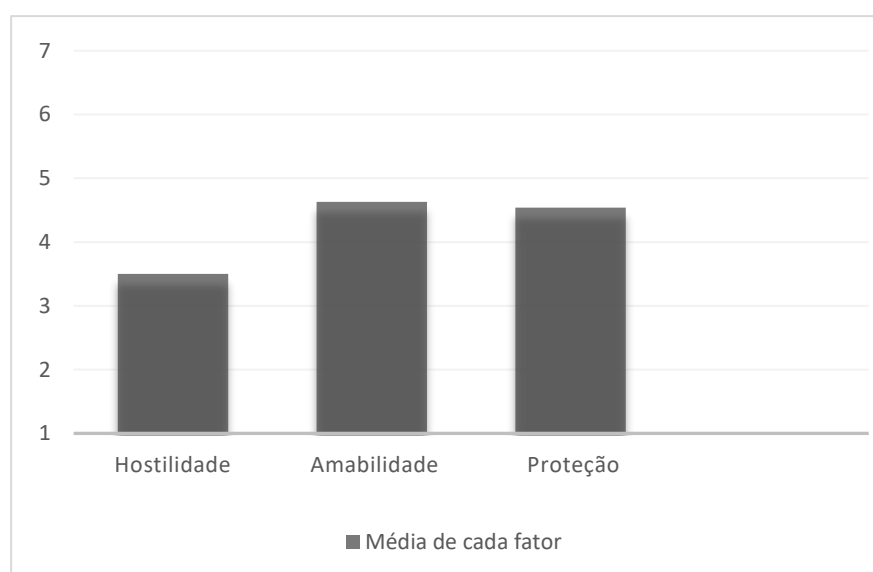


Gráfico 3 - Valores médios de cada fator para a condição “comportamentos presentes nas relações entre pessoas não deficientes e pessoas com deficiência intelectual.

Estudo das relações entre as variáveis da imagem acerca das pessoas com deficiência intelectual e da imagem acerca dos comportamentos que existem entre pessoas não deficientes e pessoas com deficiência intelectual

Como podemos constatar no Quadro 6, no que diz respeito às correlações entre o fator “adaptação funcional” e as dimensões que caracterizam os comportamentos presentes nas relações entre pessoas não deficientes e pessoas com deficiência intelectual, estas revelam-se significativas e de valência positiva para o fator “amabilidade”, ou seja, quanto maior a percepção de adaptação funcional na imagem da pessoa com deficiência intelectual, maior é a amabilidade presente nas relações entre

peças não deficientes e peças com deficiência intelectual ($r=.192$; $p < .01$). Relativamente às associações feitas entre a imaturidade relacional e as diferentes dimensões que predizem os comportamentos presentes nas relações acima mencionadas, pode observar-se no Quadro 6 que para a dimensão “amabilidade” foram encontradas correlações positivas e significativas; quer isto dizer que quanto maior a imaturidade relacional da pessoa com deficiência, maior a amabilidade presente nas relações entre as peças ($r=.185$; $p < .05$).

Quadro 6. Associações entre a imagem relativa às peças com deficiência intelectual e a imagem relativa aos comportamentos que existem entre peças não deficientes e peças com deficiência intelectual

	Hostilidade	Amabilidade	Proteção
Adaptação Funcional	-.116	.198**	-.025
Caráter Afetuoso	.014	.135	.138
Intempestividade	.136	-.018	.063
Imaturidade Relacional	.039	.185*	-.036

** $p < 0.01$; * $p < 0.05$

V - Discussão

O presente estudo centrou-se, essencialmente, em dois objetivos distintos: primeiramente perceber até que ponto as pessoas aderem a princípios gerais dos direitos humanos, usando como método de estudo alguns dos itens presentes da declaração universal dos direitos, sendo que em confronto estavam duas situações (geral e concreta); secundariamente, o objetivo da presente investigação passou por analisar o conhecimento que as pessoas têm acerca das representações sociais da pessoa com deficiência intelectual, da pessoa com sucesso profissional e pessoal, e dos comportamentos presentes nas relações entre pessoas não deficientes e pessoas com deficiência intelectual.

Neste sentido, procedeu-se à análise de eventuais discrepâncias, através da análise das estatísticas descritivas, daquilo que as pessoas percecionam acerca de alguns itens retirados da declaração dos direitos humanos, bem como à caracterização das representações sociais destas três condições, numa amostra de estudantes universitários.

O conhecimento e os estudos acerca do tema são ainda escassos e, é neste sentido, que a presente dissertação pretende aprofundar a temática em estudo, um pouco pela dificuldade que ainda existe na caracterização das representações sociais da deficiência intelectual e daquilo que são os traços que caracterizam a mesma.

Através da análise dos resultados obtidos, a pessoa com deficiência intelectual é vista, maioritariamente, como tendo os mesmos direitos que uma pessoa que não comporte qualquer tipo de deficiência, sendo que lhes é condicionada a liberdade, isto é, a pessoa com deficiência intelectual não é vista como tendo o mesmo direito à liberdade que outro qualquer indivíduo tem; são dados que podem ser explicados pela percepção de falta de autonomia que lhes é associada, uma vez que deficientes intelectuais pertencem a um grupo social percecionado como um grupo sujeito a muita vulnerabilidade.

Estes resultados mostram que, apesar de haver a consciência que este é um grupo que deve ser abrangido pelos mesmos direitos fundamentais que os demais cidadãos, ainda se denota alguma privação dos mesmos; isto vai ao encontro do que refere a literatura, que assume as pessoas com deficiência como sendo um grupo que se defronta com um sistema de direitos humanos negligenciado, que se traduz numa desigualdade de direitos (Sá, 2012). Esta, por sua vez, impede a participação social ativa deste grupo o que, conseqüentemente, se reflete em dificuldades no acesso ao trabalho, à segurança, a serviços de apoio e à liberdade individual (ONU, 2007).

Curiosamente, os resultados mostram outra situação concreta como estando quase no limiar do nível de significância, que corresponde ao facto das pessoas com deficiência intelectual terem ou não filhos; o curioso nesta investigação é que a amostra não concorda de todo que deficientes intelectuais saiam à rua, durante a tarde, porque percecionam que as mesmas não têm autonomia para isso, no entanto não se manifestam contra estas terem filhos; situação esta que acarreta grande responsabilidade e autonomia,

o que nos permite concluir que são dados um pouco contraditórios, uma vez que os deficientes intelectuais são tidos como pessoas com falta de autonomia e incapacitados ao nível da adaptação.

Na mesma medida, a pessoa com deficiência intelectual é percecionada como sendo afetuosa e muito sensível, característica que lhe foi mais atribuída, revelando-se também uma pessoa com baixa adaptação funcional, associada a um caráter intempestivo e de imaturidade, ao nível das relações, que traduz por si só um caráter inadaptativo; a imagem da pessoa com deficiência está maioritariamente associada a incapacidade e inadaptação. Estes são resultados que vão ao encontro daquilo que estudos anteriores já tinham revelado, nomeadamente o facto de a pessoa ser associada a características afetuosas e de grande sensibilidade em simultâneo a características de intempestividade, refletindo os dados um caráter contraditório, como já havia referido Estanqueiro, em 2014, através dos dados que obteve no seu estudo. Estes resultados podem ser explicados pela eventual dificuldade que a amostra teve na caracterização da pessoa com deficiência intelectual, uma vez que a pontuação em cada um dos fatores nunca se afastou consideravelmente do ponto médio 4 na escala de 7 pontos, como se pode verificar pelos dados apresentados no Quadro 3; pode, assim, presumir-se alguma incerteza na caracterização da imagem da pessoa com deficiência intelectual por parte de estudantes universitários, o que revela alguma dificuldade na classificação da mesma.

Por outro lado, a imagem associada à pessoa com sucesso profissional e pessoal é caracterizada por uma elevada adaptação empreendedora e, portanto, bastante funcional, que revela alguma intempestividade e pouca fragilidade emocional. A pessoa com sucesso profissional e pessoal é, então, percecionada como sendo uma figura de grande estabilidade emocional e com uma elevada capacidade de segurança, pois tende a ser vista como uma pessoa emocionalmente forte, sendo o oposto daquilo a que se associa a pessoa com deficiência intelectual. Assim sendo, os resultados revelam a pessoa com sucesso pessoal e profissional e a pessoa com deficiência intelectual como imagens fortemente opostas, o que nos permite compreender o contexto social do qual fazemos parte, compreendendo de que forma as imagens, as teorias e as categorias socialmente partilhadas são responsáveis pela construção da realidade a todos nós comum (Jodelet, 1985), indo ao encontro da Teoria das Representações Sociais, elaborada a partir de sistemas de relações sociais (Doise, 2012).

As perceções acerca dos comportamentos presentes nas relações entre pessoas não deficientes e pessoas com deficiência intelectual foi uma dimensão interessante de estudar, uma vez que se apresenta como algo novo, nunca antes analisado, pelo menos da forma como neste estudo foi investigada. Os dados revelaram que estudantes universitários percecionam, maioritariamente, a presença de comportamentos amáveis (caraterística mais atribuída neste contexto), bem como comportamentos de cooperação. Existem evidências de comportamentos hostis, mas não tão frequentes. Estes dados confrontam o que revela a literatura, pois segundo a mesma constata-

se a prevalência de sentimentos negativos, apesar do aumento de atitudes positivas face a deficientes intelectuais (Brostrand, 2006; Estanqueiro, 2014), o que não acontece neste estudo. Numa lógica de percebermos estes resultados e, apesar de estudados em contextos diferentes, os dados obtidos vão ao encontro de estudos anteriores, nomeadamente Mouro (2016) e Gondim et al. (2013), acerca da perceção da discriminação. Ou seja, o facto de serem observadas pontuações mais elevadas no fator amabilidade do que no fator hostilidade pode significar uma eventual reticência e relutância por parte de estudantes universitários portugueses em admitir a existência de comportamentos discriminatórios por parte do grupo a que pertencem para com o grupo com deficiência intelectual. Esta contrariedade entre o plano científico e o plano empírico pode ser, também, explicada pelo fenómeno de desajustabilidade social, presente na amostra utilizada, que corresponde ao enviesamento através do qual os sujeitos respondem aquilo que é socialmente aceite ou desejável e não de acordo com as suas verdadeiras convicções, atitudes, crenças e comportamentos (Robson, 2002).

Relativamente às associações encontradas entre o que caracteriza a pessoa com deficiência intelectual e os comportamentos presentes nas relações pessoa não deficiente-pessoa com deficiência intelectual encontram-se dados muito interessantes e curiosos. Ou seja, podemos afirmar que quanto mais a pessoa com deficiência se revela adaptativa, do ponto de vista funcional, mais comportamentos amáveis irão estar presentes nas relações; por outro lado, também quanto maior for a imaturidade relacional da pessoa com deficiência, mais frequentes serão os comportamentos amáveis nas relações entre pessoa não deficiente-pessoa com deficiência intelectual. Podemos, deste ponto de vista, afirmar que só se verificam comportamentos amáveis quando a pessoa com deficiência apresenta alguma adaptação funcional, ou seja, quando são “bons”, autónomos e com características reveladoras de capacidades ao nível funcional e, portanto, aproximadas da pessoa com sucesso pessoal e profissional, ou quando são deficientes intelectuais com elevado grau de inadaptabilidade que se traduza numa elevada imaturidade relacional.

Os dados do presente estudo revelam uma maior predisposição para a ocorrência de comportamentos amáveis entre pessoas não deficientes e pessoas com deficiência intelectual, o que sustenta os dados encontrados na literatura, nomeadamente o aumento de comportamentos positivos na sociedade (Grewall et. al., 2002 cit. por Veiga & Salgado, 2013).

Numa perspectiva profissional e de trabalho é importante referir que atitudes discriminatórias, barreiras psicossociais, restrições impostas pela sociedade vão também existir e constituir dificuldades para este grupo social em estudo. Como é possível verificar nos gráficos 2 e 3, a imagem associada à pessoa com sucesso profissional e pessoal alberga conotações mais positivas comparativamente com a imagem relativa à pessoa com deficiência intelectual, que se estrutura de forma diferenciada e sendo associada àquilo que as pessoas consideram como não sendo normativo.

Apesar da amostra presente neste estudo, nomeadamente estudantes universitários, demonstrarem a perceção de que todas as pessoas com

deficiência intelectual deviam ter empregos compatíveis com as suas capacidades (como se pode verificar no Quadro 2), devemos ter presente que as atitudes discriminatórias a que este grupo social está sujeito podem ter implicações negativas, nomeadamente ao nível da integração socioprofissional das pessoas com deficiência intelectual, impossibilitando a participação ativa deste grupo em sociedade. Também o facto de ser um grupo percecionado como inadaptado ou incapaz, características que segundo os dados são importantes na caracterização da pessoa com sucesso profissional e pessoal, pode prejudicar a sua integração em contextos de emprego, social e relacional (Lopes, 2010).

Perante estas análises reforça-se a necessidade de se criarem estratégias para a redução ou eliminação das barreiras psicossociais inerentes à sociedade atual. Estas são causadores de atitudes discriminatórias que conseqüentemente acarretam danos às pessoas alvo de preconceito, sendo que prejudicam as mesmas a diversos níveis, nomeadamente social e profissional.

Como consideração final reforça-se a pertinência dos estudos das representações sociais para o aprofundamento do conhecimento acerca deste processo, para que possamos ter a abertura necessária para a implementação de estratégias contra a discriminação para que as pessoas com deficiência intelectual possam exercer uma participação social plena e ativa (Barnes & Mercer, 2005).

VI - Conclusões

A presente dissertação procurou contribuir para clarificar o estudo acerca de como as pessoas aderem a princípios gerais dos direitos humanos, permitindo uma maior compreensão de como estes são percecionados, por estudantes universitários, tendo como foco o grupo social de deficientes intelectuais. Paralelamente a este estudo, a presente investigação também permitiu uma contribuição para aprofundar o estudo acerca das representações sociais da deficiência intelectual bem como da imagem da pessoa com sucesso profissional e pessoal, e ainda clarificar a percepção acerca de que tipo de comportamentos existem entre pessoas não deficientes e pessoas com deficiência intelectual.

Neste estudo é possível evidenciar algumas limitações, nomeadamente o facto de a amostra não ser representativa da população portuguesa e, portanto, os resultados aqui obtidos apenas representam perceções de uma pequena amostra. Por outro lado, o efeito de desajustabilidade social também se reflete numa limitação, pois os participantes podem responder ao nível daquilo que é expectável e não de acordo com as suas convicções (Robson, 2002).

Os resultados conseguidos através desta investigação permitiram concluir alguns dos aspetos que se traduzem em obstáculos para as pessoas

com deficiência intelectual, bem como tirar algumas conclusões sobre aqueles que podem ser vistos como indicadores para a permanência da exclusão social e atitudes discriminatórias.

Neste seguimento, conclui-se que, ao nível geral da nossa amostra, as pessoas com deficiência intelectual são vistas como tendo os mesmos direitos que os demais cidadãos, apenas se constatarem diferenças no que concerne à liberdade individual.

Relativamente à imagem associada à pessoa com deficiência intelectual constata-se que esta é associada a características de incapacidade, dependência, vulnerabilidade e inadaptação, como também referem estudos anteriores. Por sua vez, características de segurança, responsabilidade, proatividade e boa adaptação são associadas à imagem da pessoa com sucesso profissional e pessoal.

Constata-se, por sua vez, que os comportamentos que existem entre pessoas não deficientes e pessoas deficientes intelectuais tendem a ser maioritariamente comportamentos amáveis, seguidos de comportamentos de proteção, e por último comportamentos hostis/discriminatórios.

Adicionalmente, é possível afirmar que as barreiras psicossociais que existem na nossa sociedade tendem a ser mantidas muito pela própria manutenção de comportamentos e atitudes discriminatórias que existem socialmente, que por sua vez contribuem para a subsistência do fenómeno de exclusão social, responsável por caracterizar fortemente a realidade deste grupo social desfavorecido, como ainda é representado socialmente.

A emergência de estudos sobre esta temática é urgente e importa na medida em que devem ser desenvolvidas estratégias para que este grupo se possa vir a sentir útil na sociedade e que nela possa ter uma participação ativa, podendo ter o mesmo direito e acesso à liberdade, ao trabalho, à educação e à segurança que ainda se traduzem como os direitos mais negados às pessoas deficientes. Importa, na mesma medida, desenvolver estratégias para alterar comportamentos na sociedade e, conseqüentemente, que permitam alterar imagens socialmente representadas para que indivíduos com deficiência se possam sentir como parte integrante da sociedade.

Em suma, é importante reconhecermos que cada vez mais lidamos com a diferença na sociedade e é urgente aceitá-la e compreendê-la. Com efeito, é necessário aceitar e reconhecer o ser humano como um todo, independentemente de se observarem diferenças ou qualquer outro tipo de particularidades, porque só dessa forma seremos capazes de viver em sociedade, com dignidade e banida de atitudes discriminatórias.

Bibliografia

Abric, J.-C. (2001). L'approche structurale des représentations sociales: Développements récents. *Psychologie et Société*, 4(2), 81-104.

American Association of Intellectual and Development Disabilities (2013). *Intellectual Disability*. Retirado de <http://aaidd.org/intellectual-disability#.WJTT54XXLIU>.

Aronowitz, R. A. (1998). *Making sense of illness: Science, society, and disease*. Cambridge: Cambridge University Press.

Arruda, A. (2009). Teoria das representações sociais e ciências sociais: trânsito e atravessamentos. *Sociedade e Estado*, 24(3), 739-766.

Barnes, C., & Mercer, G. (2003). *Disability*. Cambridge: Polity.

Barnes, C., & Mercer, G. (2005). *The social model of disability and the majority world*. Leeds: The Disability Press.

Brostrand, H. (2006). Tilting at windmills: Changing attitudes towards people with disabilities. *The Journal of Rehabilitation*, 72(1), 4-9.

Cabecinhas, R. (2004). Representações sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia*, 14(28), 125-137.

Charlton, J. I. (1998). *Nothing about us without us: Disability oppression and empowerment*. Berkley, CA: University of California Press.

Dalal, A. (2006). Social interventions to moderate discriminatory attitudes: the case of the physically challenged in India. *Psychology, Health & Medicine*, 11(3): 374-382.

Devenney, M. J. V. (1997). *The social representations of disability: Fears, fantasies and facts*. (Tese de Doutorado não publicada). University of Cambridge, Cambridge.

Doise, W. (2002). *Human Rights as Social Representations*. Routledge.

Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, 45(405), 189-195.

Doise, W. (2012). The homecoming of society in social psychology. In J. P. Valentim (Ed.), *Societal approaches in social psychology* (p. 9-34). Bern: Peter Lang.

Duveen, G. & Moscovici, S. (2000). *Social Representations: Explorations in Social Psychology*. London: Polity.

Estanqueiro, J. P. V. (2014). *Representações Sociais de estudantes universitários acerca das pessoas com deficiência mental e sua integração profissional* (Dissertação de Mestrado em Psicologia das Organizações e do Trabalho). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

European Commission (2001). *Attitudes of Europeans to Disability - Eurobarometers 54.2*. Report prepared by the European Opinion Research Group (EORP) for the Education and Culture Directorate-General, Employment & Social Affairs.

Field, A. (2005). *Discovering statistics using SPSS*. London: Sage Publications.

Field, A. (2007). *Discovering statistics using spss*. Los Angeles: Sage Publications.

Fontes, F. (2016). *Pessoas com deficiência em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Gilson, S. & DePoy, E. (2002). Theoretical approaches to disability content in social work education. *Journal of Social Work Education*, 38(1): 153-165.

Goffman, E. (1980). *Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.

GRACE (2005). *A Integração de pessoas com deficiência nas empresas: Como atuar*. Lisboa: GRACE.

Hill, M. M. & Hill, A. (2000). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.

Howarth, C. (2006). A social representation is not a quiet thing: The critical potential of social representations theory. *British Journal of Social Psychology*, 45(1), 65-86.

Huang, C. & Brittain, I. (2006). Negotiating identities through disability sport. *Sociology of Sport Journal*, 23, 352-375.

Jodelet, D. (1985). *La representación social: Fenómenos, concepto y teoría*. Barcelona: Paídos.

Jodelet, D. (1989). Les Représentations sociales: un domaine en expansion. In: D. Jodelet (ed.), *Les représentations Sociales*, Paris, PUF.

Jodelet, D. (1991). *Madness and social representations*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.

Jodelet, D. (2001). *Representações Sociais: um domínio em expansão*. Rio de Janeiro: Eduerj.

Lopes, M. A. F. M. (2010). *Representações sociais de estudantes universitários relativamente a pessoas deficientes e sua integração socioprofissional*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade de Coimbra, Coimbra.

Luckasson, R., Borthwick-Duffy, S., Buntinx, W. H. E., Coulter, D. L., Craig, E. M., Reeve, A., Schalock, R. L., Snell, M. E., Spitalnik, D. M., Spreat, S., & Tassé, M. J. (2002). *Mental retardation: Definition, classification, and systems of supports* (10th ed.). Washington, DC: American Association on Mental Retardation.

Luckasson, R., Coulter, D. L., Polloway, E. A., Reiss, S., Schalock, R. I., Sneill, M. E., Spitalnik, D. M. & Stark, J. A. (1992). *Mental Retardation: Definition, classification, and systems of supports* (9th ed.). Washington, DC: American Association on Mental Retardation.

Magalhães, L. M. S. (2011). *Timeline dos direitos humanos: o design como ferramenta de acção social* (Dissertação de Mestrado em Design, Comunicação e Multimédia). Escola Superior de Artes e Design.

Miguel, I. C. (2010). *A inteligência e o seu desenvolvimento: representações sociais, valores e estilos parentais*. (Tese de Doutoramento não publicada). Universidade de Coimbra, Coimbra.

Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris, PUF.

Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.

Moscovici, S., (1978). *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.

Mulvany, J. (2000). Disability, impairment or illness? The relevance of the social model of disability to the study of mental disorder. *Sociology of Health and Illness*, 22(5), 582-601.

Nowicki, E. A. (2006). A cross-sectional multivariate analysis of children's attitudes towards disability. *Journal of Intellectual Disability Research, 50*, 335-348.

ONU. (2007). Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. In M. d.-D.-G. Planeamento, Integração das Pessoas com Deficiência (pp. 249-278). Lisboa: MTSS/DGEEP

Paicheler, H., Beaufils, B., & Ravaud, J.-F. (1987). Personnalisation et stigmatisations sociales. In J.-L. Beauvois, R.-V. Joule, & J.-M. Monteil (Eds.), *Perspectives cognitives et conduits sociales* (vol. 1, pp. 45-61). Fribourg: DelVal

Pristley, M. (2002). Why we need to work together in the European Year of Disabled People. *Disability & Society, 17*(7), 845-849.

Ribeiro, C. M. P. C. (2008). *Estudo comparativo entre crianças com deficiência mental e sem deficiência mental, no âmbito do desenvolvimento motor*. Retirado de <http://www.psicologia.com.pt>.

Ribeiro, S. C. M., (2009). *Inclusão social dos jovens com deficiência mental: o papel da formação profissional* (Dissertação de Mestrado em Educação Especial) . Escola Superior de Educação Paula Frassinetti do Porto.

Robson, C. (2002). Real world research: A resource for social scientists and practitioner-researchers (2nd ed.). Malden: Blackwell.

Rodrigues, J. N., & Rangel, M. (2013). A Teoria das Representações Sociais: um esboço sobre um caminho teórico-metodológico no campo de pesquisa em educação. *Inter-Ação, 38*(3), 537-554.

Sá, O. (2012). *Direitos esquecidos: uma análise de experiências de vida das pessoas com deficiência nas regiões do Porto, Lisboa e Algarve* (Dissertação de Mestrado em Política Social). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas de Lisboa.

Santos, S. & Morato, P. (2002). *Comportamento Adaptativo*. Porto: Porto Editora.

Sperber, D. (1989). *Les Représentations Sociales: L'étude anthropologique des représentations*. Paris: Presses Universitaire de France, 113-130.

Spink, M. J. P. (1993). The Concept of Social Representations in Social Psychology. *Cad. Saúde Públ., 9*(3), 300-308.

Teixeira, A. P. L. V. (2013). *Resiliência e deficiência mental: (re) construindo um significado para a vida?* (Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação). Universidade do Algarve.

Telmo, I. C., Santos, M. P., Fernandes, M. A. G., Madeira, R. (1990). *A criança diferente: manual de apoio aos educadores de infância e professores do ensino básico*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação.

Valentim, J., P. (2016). Questionário das Representações Sociais acerca da Deficiência Intelectual.

Van Campen, C. & Iedema, J. (2007). Are persons with physical disabilities who participate in society healthier and happier? Structural equation modelling of objective participation and subjective well-being. *Quality of Life Research*, 16, 635–645.

Veiga, C. V., & Salgado, J. A. (2013). Mexican and portuguese young students facing disability. A comparative study using social representations. *Convergencia – Revista de Ciencias Sociales*, 20(63), 99-124.